



ESTUDOS ELEITORAIS

Volume 6 Número 1 jan./abr. 2011



REFORMA POLÍTICA, MAIS DEMOCRACIA, MAIS CIDADANIA

PAULO TEIXEIRA¹

Resumo

Destaca a importância de se revigorar o sistema político e eleitoral brasileiro, objetivando alertar quanto à necessidade de mudanças para definição de uma estrutura política mais moderna, ajustada à necessidade de representação de todos os segmentos da sociedade brasileira nos legislativos municipais, estaduais e federal. Cita a judicialização da política, o financiamento das campanhas eleitorais, o tráfico de influência, o voto distrital e a representação feminina como temas que ainda guardam mazelas a serem corrigidas no sistema político e eleitoral. Conclui que um dos grandes problemas da democracia brasileira é transformar a política em um tema central na agenda do país. Eis o desafio do Congresso Nacional e de toda a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Reforma política. Representação política. Voto distrital. Democracia. Brasil.

Abstract

It highlights the importance of reinvigorating the political and electoral system in Brazil, aiming to warn about the necessity for changes to the definition of a political structure more modern, tailored to the necessity for representation of all segments of Brazilian society in the

¹ Advogado, deputado federal (PT-SP) e líder do Partidos dos Trabalhadores na Câmara Federal.

municipal legislatures, state and federal levels. It cites the legalization of politics, campaign financing, trafficking in influence, the district voting and representation of women as issues that still keep ill to be corrected in the political and electoral system. It concludes that a major problem of Brazilian democracy is to transform the policy into a central theme in the agenda. This is the challenge of Congress and all of Brazilian society.

Keywords: Political reform. Political representation. Voting district. Democracy. Brazil.

1 Introdução

Um dos principais desafios da sociedade brasileira é revigorar o atual sistema político e eleitoral. Depois de 26 anos da queda do regime militar, constatamos avanços que nos permitem dizer que o Brasil é uma das maiores democracias do mundo, ampla e de massas. Todavia, faltam mudanças para que tenhamos uma estrutura política mais moderna, ajustada à necessidade de representação de todos os segmentos da sociedade brasileira nos legislativos municipais, estaduais e federal.

Há inúmeras mazelas que precisam ser corrigidas. Uma delas é a judicialização da política, que, devido à falta de leis claras, tem levado a um permanente embate entre Legislativo e Judiciário. Caberá aos legisladores a configuração de novas regras que impeçam a continuidade de celeumas provocadas por interpretações jurídicas de normas nem sempre nítidas.

Entretanto, uma das principais tarefas é a redução dos custos das campanhas, dando às disputas eleitorais um sentido programático. Numa trajetória crescente, desde a redemocratização, o sistema tem sido tolerante com o uso e abuso do grande capital em eleições. Uma das consequências é que as campanhas eleitorais têm ficado cada vez mais caras, afastando o povo e as lideranças populares da atividade política. Com esse

sistema de financiamento, propiciam-se a perpetuação de um universo político marcado pelo individualismo e a multiplicação de siglas partidárias desprovidas de conteúdo programático e guiadas por um imediatismo oportunista que não contribui para o fortalecimento da democracia. Um dos efeitos colaterais são as alianças em eleições que impedem aferir o peso de cada partido na sociedade.

Somos uma sociedade desigual e cada dia mais o financiamento de campanha requer uma arquitetura financeira que afasta pessoas comuns, sindicalistas, intelectuais e grandes personalidades da política graças ao custo da campanha. Se um cidadão quiser contribuir politicamente, dificilmente conseguirá, pois vai se deparar com um sistema de labirintos financeiros que não deveria ser a contribuição central de quem quer cooperar politicamente. Esse intrincado arranjo financeiro não é próprio da atividade política, pois impede tanto o surgimento de lideranças e talentos quanto a qualificação das instituições políticas.

A preponderância do poder econômico tem provocado várias anomalias nas instituições legislativas e executivas. A cada pleito eleitoral há, de forma crescente, representantes do grande capital. Não é democrático um candidato ter milhões de reais a sua disposição enquanto outro sequer tem recursos para alugar um simples carro de som. Essa distorção é perceptível nas disputas por cargos executivos em todos os níveis e, principalmente, nas eleições proporcionais. O custo das campanhas superou qualquer critério de razoabilidade. São campanhas pirotécnicas, nem sempre marcadas por debates e pela discussão dos reais problemas do país. Despolitiza-se o processo para a forma dar lugar ao conteúdo, atendendo aos marqueteiros com suas campanhas milionárias.

Alguns perguntarão, diante de tantas demandas de saúde, infraestrutura e educação, se deveríamos gastar com o financiamento público. Seria um gasto nobre? Creio que sim! Inicialmente porque o custo de campanha diminuirá. O custo

em 2010 declarado como o total de gastos das campanhas, pelo TSE, foi em torno de R\$ 3 bilhões. Esse total está vinculado diretamente à forma como as campanhas eleitorais são realizadas atualmente. Invertendo-se a lógica atual – centrada no personalismo e em milionárias técnicas de *marketing* –, automaticamente baixarão os custos. Sem o financiamento privado, haverá a explicitação dos custos das campanhas, já que não haverá valores relacionados a um possível contrato com o setor público. Uma característica do sistema atual é que ele não é isonômico, do ponto de vista dos contratos firmados entre Estado e empresas: na prestação de serviços e realização de obras, há espaço apenas para as grandes, enquanto para as pequenas e médias empresas resta nenhuma ou participação marginal no processo.

2 Tráfico de influência

A interferência do grande capital privado nas eleições é uma das principais fontes das crises políticas que vivemos nos últimos tempos. Essa prática baseia-se no uso de caixa dois. E quando os detentores do capital favorecem determinados candidatos, o resultado, com raras exceções, é que há aumento do tráfico de influência e da corrupção no âmbito da administração pública.

O financiamento público porá um freio à orgia de gastos que tanto incomoda o povo brasileiro e dará transparência à atividade política. Os eleitos, qualquer que seja sua esfera, terão seus compromissos firmados com a população em geral, sem as amarras do financiamento privado. Pela lógica do sistema atual, muitos candidatos perdem o compromisso com o eleitor, e acaba prevalecendo a máquina eleitoral montada com vultosos recursos. Financiamento público pode não ser perfeito, mas ajudará a limitar as fraudes e facilitará a fiscalização por parte da Justiça Eleitoral e da população, além de acabar com as

suspeições, nem sempre fundamentadas, sobre quem recebeu recursos privados para suas campanhas.

Uma consequência imediata da adoção do financiamento público é também a adoção de listas partidárias, que podem ser elaboradas de três formas: 1) com a participação do eleitor em sua elaboração; 2) apresentação da lista, pelos partidos, à sociedade; 3) e possibilidade de o eleitor mudar a lista, caso ela não o contemple, no dia da eleição. Os partidos devem se estruturar de forma democrática para a distribuição dos recursos públicos que serão usados nas campanhas de seus candidatos.

A lista é uma medida transformadora de nossa cultura política. Altera o sistema de votação atual, de lista aberta, uninominal, em que um eleitor vota num candidato sem ter em vista a cultura programática e as ideologias dos partidos. A lista fortalece as agremiações partidárias e dão mais racionalidade ao processo político e eleitoral. Hoje, sem a nitidez programática desejável, ocorrem distorções profundas. As campanhas são centradas no personalismo e voluntarismo de candidatos que, para se elegerem, apostam num vale-tudo, na demagogia, e fazem promessas irrealizáveis, descoladas da realidade. Muitos se especializam em vender ilusões.

3 Voto distrital e distritão, um retrocesso

A sociedade brasileira está madura o suficiente para encarar mudanças que levem nosso sistema político e eleitoral para o século 21. Não comporta mais a ação de vendedores de soluções mistificadoras, como o voto distrital e o distritão. O voto distrital reduz o papel do parlamento e permite que uma minoria social detenha a maioria parlamentar, eliminando o princípio “a cada eleitor, um voto”. O chamado distritão é igualmente danoso. Ele quebra o pluralismo, a proporcionalidade, acentua a influência do poder econômico e exacerba o personalismo.

Tudo o que não queremos para um sistema verdadeiramente democrático, que represente o interesse de quase 200 milhões de brasileiros.

Vamos falar mais um pouco sobre o assunto. Aqui no Brasil, fala-se muito sobre o voto distrital e há partidos que incluem a adoção deste modelo em seu programa. Mas fala-se pouco sobre o funcionamento efetivo desse sistema. Ele é sempre tratado como solução mágica, panaceia para todos os males.

Façamos então um exame do funcionamento do sistema distrital tal como ele é. Nesse sistema, cada deputado é eleito em um determinado distrito por voto majoritário. Esse método gera a probabilidade matemática de uma minoria com 49% dos votos, em cada um dos distritos, vir a ser excluída do parlamento. Para tanto, basta que uma maioria conquiste 51% dos votos em cada um dos distritos.

Mas isso é apenas uma hipótese. Na prática, o sistema produz resultados ainda mais extravagantes. Discutindo as eleições gerais do Canadá de 1993, o cientista político Nicolau (2001, p. 18) registra:

O Partido Conservador, que obteve 16,0% dos votos espalhados pelo território, elegeu apenas dois deputados, enquanto o Bloco de Quebec, com votação concentrada (13,5%), elegeu 54 deputados. O Partido da Nova Democracia, com apenas 6,9% dos votos, elegeu nove deputados.

Essa eleição produziu, portanto, uma equação esquisita: 16,0% dos votos = 2 cadeiras; 13,5% dos votos = 54 cadeiras; 6,9% dos votos = 9 cadeiras.

Há outros casos. Na última eleição realizada no Reino Unido, em 6 de maio de 2010, não foi diferente. O Partido

Trabalhista obteve 29% dos votos e com essa votação conquistou 39,69% das cadeiras. Já o Partido Liberal Democrata obteve 23,1% dos votos e conquistou apenas 8,76% das cadeiras. Vale registrar que esse tipo de incongruência não é novidade; tem se repetido desde 1948, quando o voto distrital foi implantado em todo o Reino Unido.

Com base nos dados citados e nos conhecimentos correntes sobre o sistema distrital vigente no mundo anglo-saxônico e em sua área de influência, cremos que é possível concluir que sua primeira vítima é a pluralidade. Ele tende a privar minorias significativas de representação parlamentar; cria condições para que minorias sociais se façam representar por maiorias parlamentares; tende a impor um bipartidarismo que seguramente está longe de refletir a complexidade das sociedades modernas e elimina completamente a oportunidade de garantir que a cada eleitor corresponda um voto, como deve ser nas democracias.

É correto também lembrar que o sistema eleitoral americano já dá sinais de fadiga dos materiais, em razão da cultura distrital. Lá, o voto popular para presidente da República tem um filtro. Antes de ir diretamente para o candidato escolhido pelo eleitor, ele serve para eleger um delegado a um Colégio Eleitoral, que é quem realmente vai eleger o presidente da República. Há, no sistema, uma nuance importante. Como lá a cultura é distrital, o candidato a presidente que obtiver 60% dos votos de um estado determinado não terá 60% dos delegados daquele estado, e o candidato a presidente que obtiver 40% dos votos daquele mesmo estado não terá 40% dos delegados. Nada disso. O candidato que obtiver um voto a mais em cada estado levará todos os delegados daquele estado.

Estes resquícios de um federalismo obsoleto e de um paroquialismo distrital contaminam o sistema e produzem distorções evidentes. Cito dois casos. No pleito de 1992, Bill Clinton obteve 43% dos votos populares, mas recebeu o apoio de 69% dos votos dos membros do Colégio Eleitoral. Nas eleições

de 2000, Al Gore obteve mais votos populares do que George W. Bush, mas perdeu no Colégio Eleitoral depois de uma luta acirrada pelos votos da Flórida, de muitas denúncias de fraude e de uma prolongada disputa na Suprema Corte. Este episódio deixou uma lembrança amarga para a democracia americana e uma recomendação explícita para uma reforma eleitoral.

Para voltar ao Brasil, sem querer assombrar ninguém, cito o sociólogo Alberto Carlos Almeida: “Se ele (distrital) fosse adotado hoje, teríamos depois de dez anos uma disputa somente entre o PT e outro partido que surgiria dentre os vários partidos de centro-direita que disputam espaço atualmente” (PEREIRA, 2011). Porém, lembra ele, o sistema proporcional permite a coexistência do PT com diversos outros partidos: PSDB, PMDB, DEM, PP, PR, PDT, PSB, PSOL, apenas para citar os mais importantes. O sistema distrital varreria do mapa político várias dessas legendas.

Já o argumento de que o distrito barateia a campanha parte do arsenal da preguiça. Numa campanha distrital, em vez de pulverizar seu dinheiro por todo o estado, o candidato rico vai investir num único distrito, potencializando substancialmente o retorno.

4 Estímulo à representação feminina

A democracia brasileira é vibrante, mas ainda precisa ser oxigenada com mecanismos que estimulem a representação feminina nos três níveis de representação legislativa. As mulheres brasileiras representam mais da metade da população, mas sua representação no parlamento é ínfima, menos de 9%, um dos mais baixos do mundo. Do mesmo modo, precisamos de instrumentos que garantam uma maior representação legislativa de setores da população como os negros e os índios. Essas medidas devem ocorrer paralelamente à adoção de mecanismos de aprofundamento da participação da população na decisão

sobre grandes temas nacionais, como plebiscitos e referendos. É assim que ocorre nas democracias mais avançadas do mundo.

Precisamos construir instituições políticas que possam valorizar o princípio de que todo poder emana do povo e só pode ser exercido pelos seus representantes ou diretamente. O sistema político e eleitoral precisa de sangue novo para superar suas patologias. A concretização da democracia passa necessariamente pela instituição de partidos fortes e capazes de elaborar projetos que expressam os anseios de diferentes e numerosos setores da sociedade. As mudanças que preconizamos fortalecem nossa democracia, dão mais transparência ao nosso sistema representativo e, sobretudo, asseguram mais agilidade e legitimidade nos mecanismos de expressão de toda a sociedade.

Um dos grandes problemas de nossa democracia é transformar a política em um tema central na agenda do país, pois é por meio dela que a sociedade pode ser transformada. Eis o desafio do Congresso Nacional e de toda a sociedade brasileira.

Referências

NICOLAU, Jairo. *Sistemas eleitorais*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

PEREIRA, Athos. *Os sentidos da reforma política*. Disponível em: <<http://nudocblog.wordpress.com/2011/04/14/os-sentidos-da-reforma-politica/>>. Acesso em: 24 maio 2011.